

BRADESCO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE S.A.

CNPJ: 42.074.758/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado tem sede na Avenida Paulista, 1.450, São Paulo – SP, tem por objeto social participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

O resultado acumulado do exercício de 2025 foi de R\$ 92,455 milhões (R\$ 99,589 milhões em 2024) e o patrimônio líquido somou R\$ 2,696 bilhões em dezembro de 2025 (R\$ 2,697 bilhões em dezembro de 2024).

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do período, o montante de R\$ 2,544 bilhões (R\$ 2,626 bilhões em dezembro de 2024).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e títulos a valor por meio de outros resultados abrangentes, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Diagnóstico em Saúde do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Evento Societário

Em 15 de dezembro de 2025, em reunião da diretoria foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco Gestão de Saúde S.A., única acionista da Sociedade, no valor de R\$ 90,000 milhões, mediante utilização de parte da conta “Reservas de lucros – estatutárias”.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente.

Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretivas da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Compliance

A Bradesco Diagnóstico em Saúde adota as melhores práticas de *compliance*, bem como observa o Código de Conduta Ética Setorial da Bradseg Participações S.A., suas ligadas e controladas. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Gestão de Riscos

A Bradesco Diagnóstico em Saúde adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção de nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e ação imediata de recuperação em caso de incidentes.

Nesse contexto, aprimoramos continuamente nosso modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas, garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, transparência das práticas, proteção de dados e fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Notas	2025	2024	PASSIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		165.678	85.855	CIRCULANTE		25.926	22.871
Disponível		1	24.666	Contas a pagar		25.926	22.871
Bancos		1	24.666	Obrigações a pagar	8	1.022	80
Aplicações	4	50.551	37.682	Impostos e contribuições	9	24.904	22.791
Títulos e créditos a receber		115.126	23.507	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	2.696.481	2.696.986
Títulos e créditos a receber	5	90.304	-	Capital social		2.237.628	2.237.628
Créditos tributários e previdenciários	6.a	24.822	23.507	Reservas de lucros		442.990	441.414
NÃO CIRCULANTE		2.556.729	2.634.002	Ajuste de avaliação patrimonial		42	-
Realizável a longo prazo		107.722	45.851	Reserva de capital		17.910	23.141
Aplicações	4	43.966	-	Ações em tesouraria		(2.089)	(5.197)
Títulos e créditos a receber		63.756	45.851	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..		2.722.407	2.719.857
Créditos tributários e previdenciários	6.a	63.756	45.851				
Investimentos		2.449.007	2.588.151				
Investimentos em controladas e coligadas	7	2.449.007	2.588.151				
TOTAL DO ATIVO		2.722.407	2.719.857				

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)								
	Capital Social	Reserva de capital Reserva de outorga de opções de ações	Reservas de lucros Reserva legal Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações de tesouraria	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.237.628	22.316	21.899	364.926	-	-	-	2.646.769
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	825	-	-	-	-	-	825
Ações em tesouraria reconhecida em controlada ...	-	-	-	-	(5.197)	-	(5.197)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	99.589	99.589	
Dividendos pagos conforme AGE de 27.12.2024								
(R\$ 20,52 por lote de mil ações)	-	-	-	(43.500)	-	(1.500)	(45.000)	
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	4.980	93.109	-	(98.089)	-	
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.237.628	23.141	26.879	414.535	-	(5.197)	-	2.696.986
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios ..	-	-	-	-	42	-	-	42
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	(5.231)	-	-	-	-	-	(5.231)
Ações em tesouraria reconhecida em controlada ...	-	-	-	-	3.108	-	-	3.108
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.455	92.455	
Dividendos pagos conforme AGE de 15.12.2025								
(R\$ 41,03 por lote de mil ações)	-	-	-	(90.000)	-	-	-	(90.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	4.623	86.953	-	(91.576)	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(879)	(879)	
Saldos em 31 de dezembro 2025	2.237.628	17.910	31.502	411.488	42	(2.089)	-	2.696.481

As notas explicativas são parte integrante da demonstração contábil individual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais)		(vi) Determinação do valor justo	
1. Contexto operacional A Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. é uma Sociedade por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Foi constituída em 11 de fevereiro de 2021 e tem como objeto exclusivo a participação no Capital Social de outras Sociedades como cotista ou acionista. O endereço registrado da sede da Sociedade é na Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Anexo Secretária Geral, Parte, Bela Vista, SP. A Companhia é controlada direta da Bradesco Gestão de Saúde S.A. e, em última instância do Banco Bradesco. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026.		O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma: <i>Quotas em fundos de investimentos</i> O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.	
2. Principais políticas contábeis materiais As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis individuais.		(vii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros A Sociedade avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma: Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Sociedade espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.	
a. Declaração de conformidade e base de preparação As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.		f. Investimentos As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições, o detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 6 – Participações Societárias.	
b. Base para avaliação e moeda funcional As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Sociedade é o Real.		g. Ágios sobre investidas O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas. O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>). Uma perda por <i>impairment</i> em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.	
c. Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações e 6 – Ativos e Passivos fiscais, incluem informações sobre julgamento referente a política contábil adotada.		h. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros Os valores dos ativos não financeiros da Sociedade, são revisitos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado o teste de <i>impairment</i>.	
d. Segregação entre circulante e não circulante A Sociedade efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.		i. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.	
e. Aplicações e instrumentos financeiros A Sociedade efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Sociedade classifica os ativos financeiros na categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		j. Resultado O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem perdas em variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).	
(i) Modelo de negócio Configura a maneira pela qual a Sociedade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e vender; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês <i>Solely Payment of Principal and Interest</i>). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.		k. Novas, alterações e interpretações de normas Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis, mas não efetivas, pois não entraram em vigor, são como segue: CPC 51 - IFRS18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis A principal alteração introduzida pelo CPC 51 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.	
(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como, por exemplo, os derivativos.		Reforma Tributária – Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano. O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, Cofins, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033. A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamentou o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD. A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.	
(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa) São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.			
(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.			
(v) Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.			



BRADESCO DIAGNÓSTICO EM SAÚDE S.A.

CNPJ: 42.074.758/0001-14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

**Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luciano Agulho Vecchi
Contador - CRC 1SP281259/O-1

